

Prestação de Contas Consolidadas Relatório de Gestão Consolidado



2021



Município de Portalegre

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	1
2. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO E MÉTODOS DE CONSOLIDAÇÃO ADOTADOS	3
3. CARATERIZAÇÃO DAS ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO	7
3.1. SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E TRANSPORTES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTALEGRE.....	7
3.1.1. <i>Caraterização</i>	7
3.1.2. <i>Aspetos relevantes</i>	7
4. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA DA ATIVIDADE CONSOLIDADA	9
ATIVO.....	11
PASSIVO.....	13
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS.....	14
5. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS FINANCEIRAS	20
NOTA 1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO.....	21
NOTA 2 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS.....	23
NOTA 3 ATIVOS INTANGÍVEIS.....	34
NOTA 4 ACORDOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS.....	36
NOTA 5 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS.....	36
NOTA 6 LOCAÇÕES.....	42
NOTA 8 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO.....	42
NOTA 10 INVENTÁRIOS.....	43
NOTA 13 TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO.....	44
NOTA 14 RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO.....	45
NOTA 15 PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES.....	46
NOTA 17 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO.....	47
NOTA 18 INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	48
NOTA 20 DIVULGAÇÕES DE PARTES RELACIONADAS.....	48



1. INTRODUÇÃO

O Município de Portalegre apresenta demonstrações financeiras consolidadas, decorrente da obrigatoriedade estabelecida no artigo 75º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, o qual estipula que sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas, sendo o grupo autárquico composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.

O Município de Portalegre apresenta as demonstrações financeiras consolidadas relativas a 31 de dezembro de 2021, sendo o grupo autárquico do Município de Portalegre composto por um município e 2 empresas municipais, nomeadamente os Serviços Municipalizados de Águas e Transportes (Assegura a gestão da distribuição domiciliária de água, do sistema de saneamento, do serviço de transportes urbanos de passageiros, do estacionamento superficial e subterrâneo na cidade de Portalegre) e a Fundação Robinson (assegura ações de ordem Cultural, Educativa, Social e da Ciência e a gestão do espaço "Robinson").

No âmbito da descentralização das atribuições e competências afetas aos municípios, efetuar uma análise às contas apenas numa perspetiva individual, torna-se redutor, inviabilizando e condicionando



uma análise da real situação financeira do Município.

Neste contexto, a apresentação de contas consolidadas torna-se imperativa, por ser uma técnica contabilística que visa apresentar as contas de um grupo como se de uma única entidade económica se tratasse, sendo elaboradas as respetivas demonstrações financeiras, procurando dar a visão global da situação financeira e dos resultados do grupo autárquico, permitindo, desta forma efetuar a análise e a avaliação das políticas públicas locais.

Desta forma, apresentam-se as contas consolidadas do Grupo Municipal do Município de Portalegre, relativamente ao ano económico de 2021, que devem ser elaboradas e aprovadas, em conformidade com o disposto no art.º 75º da RFALEI, pela Câmara Municipal e alinhado com o instituído no nº 2 do art.º 76º, submetidas à apreciação dos órgãos deliberativos durante sessão ordinária do mês de junho do ano seguinte aquele a que respeitam.

As demonstrações financeiras consolidadas do Município de Portalegre foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n. 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das normas de Contabilidade Pública.

Este método preconiza a integração dos diferentes elementos que constam das demonstrações financeiras das empresas consolidadas no balanço e demonstração de resultados da empresa consolidante.

Subsequente a esta integração, são eliminadas todas as operações intragrupo, ou seja, operações entre as entidades que compõem o perímetro de consolidação, evitando-se desta forma, duplicação de valores.



O SNC-AP permite uniformizar os procedimentos e aumentar a fiabilidade da consolidação de contas, com uma aproximação ao SNC, aplicados no contexto do setor empresarial local.

2. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO E MÉTODOS DE CONSOLIDAÇÃO ADOTADOS

De acordo com o estabelecido no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o grupo autárquico é composto pelo município e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades. A existência ou presunção de controlo afere-se relativamente às entidades de natureza empresarial, pela sua classificação como empresas locais e relativamente a entidades de outra natureza, pela sua verificação casuística e em função das circunstâncias concretas, por referência aos elementos de poder e resultado.

Ponderados todos estes fatores, concluiu-se que grupo autárquico engloba o Município de Portalegre, os Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da Câmara Municipal de Portalegre e a Fundação Robinson, tal como se detalha no quadro seguinte:



Município de Portalegre

Entidade	Sigla	Valor Capital Social/Estatutário	Investimento Financeiro - Classe 4	% de Participação	Fundamentação integração no grupo autárquico	Método de Consolidação a Aplicar
Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da Câmara Municipal de Portalegre	SMAT	1.400.000,00€	-	100%	- a) do n.º 4 do artigo 75.º do RFALEI - Ponto 4 da Orientação n.º1/2010 (Portaria n.º 474/2010, de 1 de julho)	<u>Método da simples agregação:</u> - a) do ponto 6.5 da Orientação n.º1/2010 (Portaria n.º 474/2010, de 1 de julho) - a) do ponto 4.5.5.1 da Instrução do SATAPOCAL para o exercício de 2010
Fundação Robinson	FR	2 182 495,00 €	1 256 995,00 €	57,59%	- i) da alínea c) do n.º4 do artigo 75.º do RFALEI - Ponto 4 da Orientação n.º1/2010 (Portaria n.º 474/2010, de 1 de julho)	<u>Método de consolidação integral:</u> - a) do ponto 6.5 da Orientação n.º1/2010 (Portaria n.º 474/2010, de 1 de julho)

O método adotado na consolidação de contas do Município de Portalegre foi o método de consolidação integral, o qual consiste na integração no balanço e demonstração de resultados da entidade consolidante dos elementos respetivos dos balanços e demonstrações de resultados das entidades consolidadas, uma vez, que o grupo municipal consolidado é constituído por entidades detidas a 100% pela entidade mãe. Este método preconiza a integração dos diferentes elementos que constam das demonstrações financeiras das empresas consolidadas no balanço e demonstração de resultados da empresa consolidante. Subsequente a esta integração, são eliminadas todas as operações intragrupo, ou seja, operações entre as entidades que compõem o perímetro de consolidação, evitando-se desta forma, duplicação de valores. As demonstrações financeiras consolidadas do Município foram elaboradas de acordo com Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, tendo sido aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).



Porém, importará ressaltar que o presente relatório contém informações da contabilidade de gestão de acordo com a NCP 27, apenas de uma entidade do grupo autárquico (CMP) e apesar de as restantes entidades do grupo terem implementada a contabilidade de gestão, ainda não cumprem com a referida norma em toda a sua extensão e plenitude.

Relativamente aos **SMAT**, a existência do controlo total pelo Município encontra-se explicitado no artigo 75.º do RFALEI e advém, neste caso, da natureza da entidade controlada. Quanto ao método de consolidação, foi adotado o **método da simples agregação**, tal como indicado na instrução do SATAPOCAL, que a seguir se transcreve: “Aplica-se quando, na ausência de qualquer participação no capital das entidades consolidadas, se verifica um efetivo controlo administrativo por parte da entidade consolidante (como é o caso, no perímetro de consolidação definido para os municípios, dos serviços municipalizados) ”.

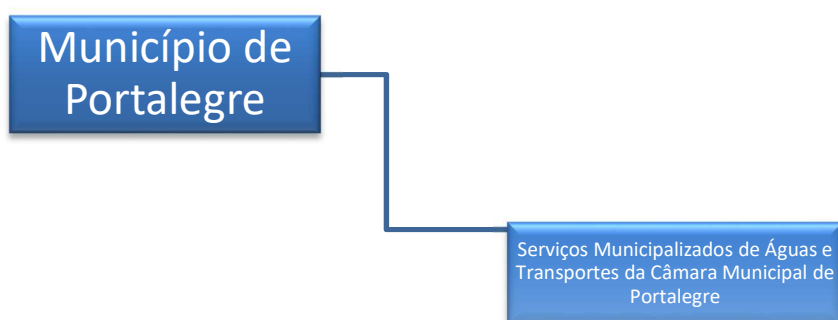
Quanto à **Fundação Robinson**, o enquadramento acerca do controlo da mesma pelo Município é dado pelo RFALEI, que determina que são também controladas as entidades “de outra natureza”, objeto de verificação casuística e em função de circunstâncias concretas, com base em determinadas “condições de poder, como sejam a detenção da maioria do capital ou dos direitos de voto, a homologação dos estatutos ou o regulamento interno e a faculdade de designar, homologar a designação ou destituir a maioria dos membros dos órgãos de gestão”. Deverá ser adotado o **método de consolidação integral**, de acordo com a Orientação n.º1/2010 (Portaria n.º474/2010, de 1 de julho), o qual estabelece este método para os casos em que “a entidade consolidante detém uma participação



superior a 50% dos direitos de voto dos titulares do capital da entidade controlada”.

No ano 2021 à semelhança de 2020 o município não recebeu a documentação necessária para efetuar a respetiva agregação de contas, em virtude de não haver contas aprovadas pelos órgãos da Fundação Robinson, desta forma, em análise com o Revisor Oficial de Contas do município foi decidido efetuar com as entidades disponíveis, neste caso apenas entre o Município e os SMAT, podendo a qualquer altura esta situação ser revista quando esteja disponível a documentação em causa.

Organograma do Grupo Autárquico - 2021





3. CARATERIZAÇÃO DAS ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

3.1. Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da Câmara Municipal de Portalegre

3.1.1. Caraterização

Sumário Anual	Unid : euros				
Empresa: S.M.A.T. - Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da C.M. de Portalegre					
Missão: Assegurar a distribuição domiciliária de água, o serviço de transportes urbanos de passageiros, a gestão do estacionamento superficial e subterrâneo na cidade de Portalegre e a responsabilidade da exploração dos transportes não regulares de responsabilidade municipal					
Data de Constituição: 01/01/1945					
Dados Anuais	2017	2018	2019	2020	2021
Património	1 400 000,00	1 400 000,00	1 400 000,00	1 400 000,00	1 400 000,00
Activo Líquido	5 895 822,06	5 964 990,34	6 123 944,51	8 152 971,73	8 241 637,44
Imob. Líquido / Activo Não Corrente	3 969 238,14	3 673 107,37	3 517 116,49	6 222 644,82	6 416 463,81
Activo Circulante / Activo Corrente	1 926 583,92	2 291 882,97	2 606 828,02	1 930 326,91	1 825 173,63
Fundos Próprios	4 119 553,24	4 262 497,12	4 510 932,54	7 195 299,59	7 006 588,88
Resultados Líquidos	738 338,48	142 943,88	248 435,42	-207 817,75	-304 705,77
Passivo Total	1 776 268,82	1 702 493,22	1 613 011,97	957 672,14	1 235 048,56
Passivo Bancário					
- Passivo MLP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Empréstimos MLP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Passivo CP					
- Empréstimos CP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Outras rubricas de Passivo de CP	475 674,13	579 866,68	552 515,21	460 310,93	445 879,00
Total de Proveitos e Ganhos	5 782 146,93	5 812 558,40	5 939 977,89	5 943 719,99	6 058 147,49
Volume de Negócios	5 524 180,12	5 554 886,51	5 598 063,65	5 549 042,33	5 726 541,87
- Subsídios de Exploração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de Custos e Perdas	5 043 808,45	5 669 614,52	5 691 542,47	6 151 537,74	6 362 853,26
Gastos Exploração	5 043 420,42	5 668 675,54	5 686 867,23	6 033 329,58	6 202 982,90
Custos com Pessoal	1 103 819,89	1 111 247,91	1 151 601,49	1 134 815,49	1 139 386,68
Nº Empregados	61	57	59	57	63

3.1.2. Aspetos relevantes

A execução orçamental da receita atingiu os 102,96%. As receitas correntes 103,13% e as receitas de capital 101,33%.

A execução orçamental da despesa atingiu os 93,80%. As despesas correntes 95,52% e as despesas de capital 80,97%.

A execução do PPI atingiu os 81,74%.

Por estes dados consideramos que se verificou uma boa performance de execução e de previsões no orçamento.



O ano 2021, no que diz respeito à operação dos SMAT, foi um ano caracterizado por dificuldades significativas ao nível económico e operativo, influenciado quase na sua totalidade por fatores externos aos SMAT, nomeadamente a situação pandémica do país, as tendências inflacionistas verificadas em toda a Europa e também, de uma forma muito significativa, pelo nível de pluviosidade registado no nosso território.

Os SMAT continuarão a desenvolver esforços no sentido de orientarem a sua atividade na persecução de referências como “A satisfação do Cliente”, “O reforço da Responsabilidade Social e Ambiental”, “A inovação e modernização” e “A Otimização da Estrutura Interna e Financeira”.

O atual modelo de exploração deverá ter uma continuidade assente numa estrutura de desenvolvimento sustentada, que permita manter os níveis de serviço público actualmente existentes, promovendo medidas de compensação de custos pela prestação de serviços de interesse público, quando os mecanismos de mercado não suportem essas despesas.

Assim, de forma a promover o desenvolvimento da estratégia adotada, será necessário dar continuidade ao reforço das competências e do investimento em todas as áreas de atuação, como forma de garantir a sustentabilidade económica e financeira dos SMAT, bem como, os seus objectivos estratégicos, **respeitando sempre a definição do serviço público.**

(Fonte: Relatório de Gestão dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes de 2021)



4. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA DA ATIVIDADE CONSOLIDADA

No âmbito do SNC-AP, os objetivos do relato financeiro das entidades públicas passam, sobretudo, por proporcionar informação útil aos seus munícipes, para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões. As demonstrações financeiras foram preparadas e apresentadas segundo a contabilidade na base do acréscimo, à semelhança do que já acontecia no normativo anterior (POCAL), de acordo com a estrutura concetual e as normas de contabilidade pública do sistema de normalização contabilística para as administrações públicas (SNC-AP).

De seguida iremos analisar o Balanço e a Demonstração de Resultados.

BALANÇO CONSOLIDADO

Pela análise do Balanço resumido apresentado constata-se que o Ativo obteve um acréscimo de 5,96% enquanto, que no Passivo se verificou um decréscimo de 12,59%.

Em 2021 o ativo das contas consolidadas do Município de Portalegre atingiu os 120,63 milhões de euros, que representa um aumento de 6,78 milhões de euros face ao ano anterior (5,96%). Do total do ativo, 96,30% constitui o ativo não corrente e 3,70% o ativo corrente.

O próximo quadro reflete a estrutura do Balanço em 31/12/2021 e período homólogo do ano anterior.



Município de Portalegre

Município de Portalegre			
Balço Consolidado em 31 de Dezembro de 2021		Valores em €	
Rubricas	NOTAS	SNC - AP	SNC - AP
		31-12-2021	31-12-2020
Activo			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis		103.264.395,31	103.121.834,41
Propriedades de investimento		1.904.906,53	1.924.296,47
Activos intangíveis		102.030,84	95.031,31
Ativos biológicos			
Participações financeiras		8.591.486,17	3.017.372,48
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Acionistas/sócios/associado			
Diferimentos			
Outros activos financeiros			
Activos por impostos diferidos			
Clientes, Contribuinte e Utentes			
Outras contas a receber		2.315.044,47	2.509.893,39
		116.177.863,32	110.668.428,06
Activo corrente			
Inventários		417.649,74	428.008,53
Activos Biológicos			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		572.952,79	208.619,80
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Clientes, contribuintes e utentes		782.230,22	606.693,63
Estado e outros entes públicos			58.260,72
Acionistas/sócios/associado			
Outras contas a receber		704.039,21	800.283,68
Diferimentos		313.132,04	278.217,36
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros activos financeiros			
Caixa e depósitos		1.668.401,70	807.451,38
		4.458.405,70	3.187.535,10
Total do Activo		120.636.269,02	113.855.963,16
Património Líquido			
Capital Próprio			
Património/Capital		71.487.911,51	72.887.911,51
Ações (quotas próprias)			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas		2.560.654,30	4.465.183,37
Resultados Transitados		-21.312.821,55	-25.322.692,86
Ajustamentos em ativos financeiros		6.464.133,43	
Excedentes de revalorização			
Outras variações no Património Líquido		43.089.256,66	42.983.310,91
Resultado liquido do período		1.247.668,62	-720.329,60
Dividendos antecipados			
Interesses que não controlam			
Total do Património Líquido		103.536.802,97	94.293.383,33



Município de Portalegre

Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		902 273,98	902 273,98
Financiamentos Obtidos		8 765 326,14	10 728 766,87
Fornecedores de investimentos		919 134,97	1 143 819,65
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Diferimentos		1 613 928,30	1 682 606,10
Passivos por impostos diferidos			
Fornecedores		974,73	974,73
Outras contas a pagar		142 160,96	129 859,98
		12 343 799,08	14 588 301,31
Passivo Corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos		248 445,76	244 445,76
Fornecedores		964 231,77	1 066 356,58
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		26 319,69	93 764,49
Estado e outros entes públicos		78 188,21	43 417,48
Acionistas/sócios/associado			
Financiamentos Obtidos		1 630 562,60	1 608 452,00
Fornecedores de investimentos		221 256,34	417 237,26
Outras contas a Pagar		1 586 662,60	1 500 604,95
Diferimentos			
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros Passivos financeiros			
		4 755 666,97	4 974 278,52
Total do Passivo		17 099 466,05	19 562 579,83
Total do Capital Próprio e do Passivo		120 636 269,02	113 855 963,16

De seguida faz-se uma breve análise às variações da estrutura do ativo.

ATIVO

Quadro – Evolução do Ativo

(unidade monetária: euros)

Componentes do Ativo	2021	2020	2021/2020
Ativos fixos tangíveis	103 264 395,31	103 121 834,41	0,14%
Ativos intangíveis	102 030,84	95 031,31	7,37%
Propriedades de investimento	1 904 906,53	1 924 296,47	-1,01%
Participações financeiras	8 591 486,17	3 017 372,48	184,73%
Diferimentos	0,00	0,00	0,00%
Outros ativos financeiros	2 315 044,47	2 509 893,39	-7,76%
Ativo não corrente	116 177 863,32	110 668 428,06	4,98%
Inventários	417 649,74	428 008,53	-2,42%
Devedores p/ transf e subsídios não reembolsáveis	572 952,79	208 619,80	174,64%
Clientes, contribuintes e utentes	782 230,22	606 693,63	28,93%
Estado e outros entes públicos	0,00	58 260,72	-100,00%
Outras contas a receber	704 039,21	800 283,68	-12,03%
Diferimentos	313 132,04	278 217,36	12,55%
Caixa e depósitos	1 668 401,70	807 451,38	106,63%
Ativo corrente	4 458 405,70	3 187 535,10	39,87%
Ativo Total	120 636 269,02	113 855 963,16	5,96%



Os ativos não correntes correspondem, lato senso, ao que anteriormente se designava por Imobilizado, que englobava os bens de domínio público, as imobilizações incorpóreas, corpóreas e os investimentos financeiros. Com a entrada em vigor do SNC-AP os ativos não correntes foram reorganizados de forma diversa, desagregando-se em ativos fixos tangíveis, em propriedades de investimento, ativos intangíveis e participações financeiras. Enquanto se verifica uma relativa correspondência entre os ativos intangíveis e as antigas imobilizações incorpóreas, assim como entre os investimentos financeiros e as participações financeiras, o mesmo já não se passa em relação às restantes contas, pelo que parte dos ativos foi objeto de reclassificação como propriedades de investimento, considerando-se como tal os ativos que geram benefícios económicos futuros ou potencial de serviço.

Os ativos fixos tangíveis representam 85,60% do total do ativo e registaram um pequeno aumento de 142 mil euros. Este aumento resulta da transferência de ativos em curso para ativos fixos.

As dívidas de terceiros representam 3,63% do ativo e tiveram uma variação negativa, decorrente essencialmente da diminuição da rubrica "outras contas a receber". As disponibilidades registaram um saldo de 1.668 mil euros tendo-se verificado um aumento relativamente ao ano 2020.

As dívidas de terceiros de curto prazo representam 0.47% do ativo e assistiram, entre 2020 e 2021, a um aumento do seu valor absoluto de 443 mil euros. Os diferimentos ascendem a 313 mil euros e dizem respeito a gastos a reconhecer, verificando-se um aumento relativamente ao ano anterior, explicado essencialmente pelo



aumento da dívida de águas nos Serviços Municipalizados.

PASSIVO

Em relação ao passivo consolidado, o Município de Portalegre fechou o ano com um valor de 17,15 milhões, sendo constituído em 71,95% por passivo não corrente e em 28,05% por passivo corrente. De seguida pode verificar-se a evolução das suas rubricas:

Quadro – Passivo		(unidade monetária: euros)		
Passivo	2021	2020	2021/2020	
Provisões	902 273,98	902 273,98	0,00%	
Financiamentos obtidos	8 765 326,14	10 728 766,87	-18,30%	
Fornecedores de Investimento	919 134,97	1 143 819,65	-19,64%	
Fornecedores	974,73	974,73	0,00%	
Diferimentos	1 613 928,30	1 682 606,10	-4,08%	
Outras contas a pagar	142 160,96	129 859,98	9,47%	
Passivo não corrente	12 343 799,08	14 588 301,31	-15,39%	
Credores por transf e subs não reemb concedidc	248 445,76	244 445,76	1,64%	
Fornecedores	964 231,77	1 066 356,58	-9,58%	
Aditamentos de clientes, contribuinte e utentes	26 319,69	93 764,49	-71,93%	
Estado e outros entes públicos	78 188,21	43 417,48	80,08%	
Financiamentos obtidos	1 630 562,60	1 608 452,00	1,37%	
Fornecedores de Investimento	221 256,34	417 237,26	-46,97%	
Outras contas a pagar	1 586 662,60	1 500 604,95	5,73%	
Passivo corrente	4 755 666,97	4 974 278,52	-4,39%	
	17 099 466,05	19 562 579,83	-12,59%	

Comparando com o período homólogo, o total do passivo teve uma variação negativa de 12,59%, que resulta da descida generalizada das suas rubricas. As rubricas de fornecedores tiveram um decréscimo de 9,58%, (-102 mil euros) acompanhando os fornecedores de investimento que decresceram 46,97%, (-195 mil euros) do que no ano 2020, esta redução acompanha a tendência de redução normal dívidas e os valores ainda em saldo resultam de algumas faturas do mês de dezembro de obras em curso.

Os fundos próprios do Município passaram a totalizar 103,53 milhões



de euros, o que traduz um acréscimo de cerca de 9,24 milhões de euros relativamente ao ano anterior, situação que deve essencialmente a ajustamentos de ativos financeiros, ajustamentos de transição do sistema contabilístico POCAL para SNC, decorrente da aplicação do método de equivalência patrimonial nas participações nos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes e Fundação Robinson.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

O quadro seguinte exhibe a demonstração de resultados, mostrando como o resultado do exercício foi alcançado, tendo em conta o comportamento dos custos e proveitos e a sua variação relativamente ao ano anterior:



Quadro - Demonstração de Resultados

(unidade monetária: Euros)

Rendimentos e Gastos		NOTAS	Periodos	
			31/12/2021	31/12/2020
Impostos, contribuições e taxas		5 524 127,68	4 852 782,20	
Vendas		1 713 551,30	1 693 562,24	
Prestações de serviços e concessões		3 423 347,51	3 232 137,18	
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos				
Transferências e subsídios correntes obtidos		10 264 384,12	8 611 233,26	
Variações nos inventários da produção				
Trabalhos para a própria entidade		29 889,94	19 815,61	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-2 286 018,67	-2 061 636,43	
Fornecimentos e serviços externos		-5 707 585,78	-5 028 047,97	
Gastos com pessoal		-8 700 179,79	-7 759 967,68	
Transferências e subsídios concedidos		-948 991,04	-953 425,95	
Prestações sociais		-7 658,91	-100 021,25	
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)		8 432,78	81 760,43	
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-61 594,30	-61 905,52	
Provisões (aumentos/reduções)		1 517,98		
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)				
Aumentos/reduções de justo valor				
Outros rendimentos		4 451 418,82	3 723 489,86	
Outros gastos		-554 298,56	-866 325,33	
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		7 150 343,08	5 383 450,65	
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-5 798 615,93	-5 974 280,46	
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		14 520,00		
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		1 366 247,15	-590 829,81	
Juros e rendimentos similares obtidos				
Juros e gastos similares suportados		-118 578,53	-129 499,79	
Resultado antes de impostos		1 247 668,62	-720 329,60	
Imposto sobre o rendimento				
Resultado líquido do período		1 247 668,62	-720 329,60	
Resultado líquido do período atribuível a:				
Detentores do capital da entidade-mãe				
Interesses que não controlam				
		1 247 668,62	-720 329,60	

GASTOS

Verificou-se um acréscimo global de 4.11% nos Gastos Totais com um valor de 24.183.521,51€, o que se traduz num aumento de 1.248.411,13€ relativamente ao exercício anterior.



Quadro – Gastos

(unidade monetária: Euros)

GASTOS	2021	2020	2021/2020
Transferências e subsídios concedidos	948 991,04	953 425,95	-0,47%
CMVMC	2 286 018,67	2 061 636,43	10,88%
FSE	5 707 585,78	5 028 047,97	13,51%
Gastos com pessoal	8 700 179,79	7 759 967,68	12,12%
Gastos de depreciação e de amortização	5 798 615,93	5 974 280,46	-2,94%
Provisões do período	-1 517,98	0,00	0,00%
Outros gastos e perdas	554 298,56	866 325,33	-36,02%
Gastos e perdas por juros e outros encargos	118 578,53	129 499,79	-8,43%
Total	24 112 750,32	22 773 183,61	5,88%

A estrutura de gastos no ano 2021 registou no geral um aumento, sendo a mesma provocada pelo aumento na quase totalidade das rubricas, com exceção dos Gastos com depreciação e de amortizações (-2.94%), Outros gastos e perdas (-36,02%) e Gastos e perdas por juros e outros encargos (-8,43%).

No ano 2021, as rubricas com maior peso na estrutura dos gastos são os gastos com pessoal, gastos de depreciação e amortização e os fornecimentos e serviços externos. Comparativamente com o período de 2020, os gastos com depreciação e amortização registaram uma diminuição de 2,94% (-175.664,53€), justificado pelas várias amortizações extraordinárias em 2020, na sequência dos acertos de transição do sistema POCAL para SNC.

Os gastos com o pessoal tiveram um aumento de 12,12%, este aumento é justificado no essencial, pelos aumentos decorrentes da passagem dos vários funcionários operacionais e administrativos da Escola de São Lourenço e dos agrupamentos de escolas de José Régio e Bonfim, na sequência da transferência de competências.

RENDIMENTOS

Os rendimentos em 2021 foram de 25,40 milhões de euros para um



nível de gastos de 24,11 milhões de euros, tendo-se verificado um aumento de 14,79% dos rendimentos e de 5,88% dos gastos.

Quadro – Rendimentos

(unidade monetária: Euros)

PROVEITOS	2021	2020	2021/2020
Impostos, contribuições e taxas	5 524 127,68	4 852 782,20	13,83%
Vendas	1 713 551,30	1 693 562,24	1,18%
Prestação de serviços e concessões	3 423 347,51	3 232 137,18	5,92%
Transferências e subsídios obtidos	10 264 384,12	8 611 233,26	19,20%
Trabalhos para a própria entidade	29 889,94	19 815,61	50,84%
Outros rendimentos	4 451 418,82	3 723 489,86	19,55%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	0,00	0,00	0,00%
Total	25 406 719,37	22 133 020,35	14,79%

No ano 2021, as rubricas com maior peso na estrutura dos proveitos continuam a ser as transferências e subsídios obtidos (40,40%) e os impostos e taxas (21,74%).

O aumento dos impostos contribuições e taxas em 2021 registou um acréscimo de 13,83%, (+ 671.345,48 euros), resulta do acréscimo das cobranças do IMT - imposto municipal sobre transações de imóveis (+621.210,06 euros);

A rubrica de prestações de serviços teve um aumento de 191.210,33 euros, traduzindo num aumento de 5,92%.

A rubrica de transferências e subsídios obtidos totaliza 10,26 milhões de euros, tendo registado um acréscimo de 19,20%, que resulta do aumento de 1.653.150,86 euros, resultante de vários aumentos, destacando-se o valor da verba transferida pela IGFE – Instituto de Gestão Financeira da Educação para competências nesta matéria (901.741,65 euros) e os valores recebidos da participação no IRS (+336.910 euros).



Divida Municipal Consolidada

Este ponto do relatório apresenta a evolução da totalidade das dívidas a terceiros a 31 de dezembro de 2021, agrupando-as de acordo com o seu prazo de exigibilidade – médio e longo prazo ou curto prazo.

Quadro – Divida Consolidada

Divida Consolidada	2021	2020	2021/2020
Financiamentos obtidos	8 765 326,14	10 728 766,87	-18,30%
Fornecedores de Investimento	919 134,97	1 143 819,65	-19,64%
Fornecedores	974,73	974,73	0,00%
Outras contas a pagar	142 160,96	129 859,98	9,47%
Dívida não corrente	9 827 596,80	12 003 421,23	-18,13%
Credores por transf e subs não reemb concedidc	248 445,76	244 445,76	1,64%
Fornecedores	964 231,77	1 066 356,58	-9,58%
Aditamentos de clientes, contribuinte e utentes	26 319,69	93 764,49	-71,93%
Estado e outros entes públicos	78 188,21	43 417,48	80,08%
Financiamentos obtidos	1 630 562,60	1 608 452,00	1,37%
Fornecedores de Investimento	221 256,34	417 237,26	-46,97%
Outras contas a pagar	1 586 662,60	1 500 604,95	5,73%
Dívida corrente	4 755 666,97	4 974 278,52	-4,39%
Total Dívida	14 583 263,77	16 977 699,75	-14,10%

A dívida do grupo município em 31 de dezembro de 2021 totaliza 14.583.263,77 €, sendo que a dívida não corrente (de médio e longo prazo) representa 67,39% desse valor (9.827.596,80 €) e a dívida corrente (de curto prazo) 32,61% (4.755.666,97 €).

Verifica-se uma tendência de redução da dívida. Relativamente a 2020, a dívida registou uma diminuição de 2.394.435,98 €, ou seja de 14,10%.

A componente de maior peso na dívida são os empréstimos, representando 71% da sua totalidade. Relativamente à dívida de médio e longo prazo, aqueles contratos representam 89,19 %.



Município de Portalegre

MAPA FLUXO DE CAIXA

Município de Portalegre			
Demonstração dos fluxos de caixa consolidado em 31 de Dezembro de 2021 Valores em €			
RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		6.607.592,86	7.321.068,59
Recebimentos de contribuintes		5.176.336,69	4.553.556,67
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		10.516.725,70	4.307.860,83
Recebimentos de utentes			8.735,96
Pagamentos a fornecedores		-8.114.912,52	-12.626.540,73
Pagamentos ao pessoal		-5.321.828,65	-4.763.239,87
Pagamentos a contribuintes / Utenes			
Pagamentos de transferências e subsídios		-1.011.859,53	-215.209,12
Pagamentos de prestações sociais			
Caixa gerada pelas operações		7.852.054,55	-1.413.767,67
Recebimento do imposto sobre o rendimento			
Pagamento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/ pagamentos		-7.849.873,69	-1.411.928,09
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		-7.849.873,69	-1.411.928,09
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-1.229.796,06	-1.515.168,84
Ativos intangíveis		-31.745,66	-21.618,48
Propriedades de investimento			-5.100,00
Investimentos financeiros		-30.391,75	
Outros ativos		-31.103,50	-82.532,63
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		268.522,61	312.513,57
Ativos intangíveis			
Propriedades de investimento		41.177,26	49.056,79
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento		4.963,75	
Transferências de capital		3.194.249,11	1.107.762,18
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		2.185.875,76	-155.087,41
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		488.902,97	
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-1.816.009,27	
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-1.327.106,30	
Varição de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		860.950,32	-2.980.783,17
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		807.451,38	1.915.721,72
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1.668.401,70	807.451,38
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		807.451,38	1.915.721,72
- Equivalentes a caixa no início do período			-17.002,70
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa			17.002,70
- Variações cambiais de caixa no início do período			
= Saldo da gerência anterior		807.451,38	1.915.721,72
De execução orçamental		638.682,25	1.783.597,58
De operações de tesouraria		168.769,13	132.124,15
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1.668.401,70	807.451,38
- Equivalentes a caixa no fim do período			-2.573,46
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa			2.573,46
- Variações cambiais de caixa no fim do período			
= Saldo para a gerência seguinte		1.668.401,70	807.451,38
De execução orçamental		1.521.898,48	638.682,26
De operações de tesouraria		146.503,22	168.769,13

**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO**

Demonstração das Alterações no Património Líquido

Município Consolidado

Descrição	Notas	Ano											2021			
		Capital / Património Subscrito	Ações (Quotas) Próprias	Outros Instrum. de Capital Próprio	Prémios de Emissão	Reservas Legais	Reservas decorrentes da transferência	Outras Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em Ativos Financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras Variações Património Líquido	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses que não controlam	Total do Património Líquido
Posição no início do período	(1)	72.887.911,51	0,00	0,00	0,00	2.841.497,20	1.195.985,36	427.700,81	-25.540.195,02	570.118,07	0,00	42.588.277,67	-787.746,42	94.183.549,18	0,00	94.183.549,18
Alterações no período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-180.253,17	0,00	-180.253,17	0,00	-180.253,17
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização e respetivas variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e subsídios de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	681.232,16	0,00	681.232,16	0,00	681.232,16
Correção de erros materiais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-472,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-472,24	0,00	-472,24
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		-1.400.000,00	0,00	0,00	0,00	-280.842,90	-1.195.985,36	-427.700,81	4.227.845,71	5.894.015,36	0,00	0,00	787.746,42	7.605.078,42	0,00	7.605.078,42
Resultado Líquido do Período	(2)	-1.400.000,00	0,00	0,00	0,00	-280.842,90	-1.195.985,36	-427.700,81	4.227.373,47	5.894.015,36	0,00	500.978,99	787.746,42	8.105.585,17	0,00	8.105.585,17
Resultado Integral	(3)												1.247.668,62	1.247.668,62	0,00	1.247.668,62
	(4)=(2)+(3)												2.035.415,04	9.353.253,79	0,00	9.353.253,79
Operações com detentores de capital no período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realizações de capital/património		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subscrições de prémios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	(5)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição fim período	(6)=(1)+(2)+(3)+(5)	71.487.911,51	0,00	0,00	0,00	2.560.654,30	0,00	0,00	-21.312.821,55	6.464.133,43	0,00	43.089.256,66	1.247.668,62	103.536.802,97	0,00	103.536.802,97

5. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS FINANCEIRAS

O Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro aprova o novo Sistema Contabilístico para as Administrações Públicas, SNC-AP, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de Dezembro, revoga os vários planos sectoriais, inclusive o POCAL, Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro e suas alterações, com exceção dos pontos 2.9, 3.3 e 8.3.1, relativos, respetivamente, ao controlo interno, às regras previsionais e às modificações do orçamento. O Município de Portalegre apresenta demonstrações financeiras consolidadas, decorrente da obrigatoriedade estabelecida no artigo 75º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, o qual estipula que sem prejuízo dos documentos de prestação de



contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas, sendo o grupo autárquico composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades. O SNC-AP visa homogeneizar os procedimentos e aumentar a fiabilidade da consolidação de contas, com uma aproximação ao SNC e ao SNC-ESNL, aplicados no contexto do setor empresarial local e das entidades do setor não lucrativo, respetivamente.

Nota 1 Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1 – Identificação da entidade, período de relato

A informação relativa à entidade, o período de relato e o referencial contabilístico adotado na preparação das demonstrações financeiras encontra-se no ANEXO I (caracterização da entidade do Tribunal de Contas) e o organograma no ANEXO II.

1.2 – Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para a Entidade.

Como forma de apoiar o processo de transição, o International Public



Sector Accounting Standards Board (IPSASB) emitiu a Norma Internacional de Contabilidade aplicada ao Setor Público (IPSAS) 33 (1/01/2017) que versa a Adoção pela Primeira Vez da Base do Acréscimo das IPSAS que prevê, para algumas situações, a possibilidade de existência de um período de três anos para a entidade passar a publicar as suas contas em absoluta conformidade com as IPSAS. Contudo, apesar da existência desta norma e da existência de pareceres das entidades sobre a sua aplicabilidade, certo é que, até à preparação da conta para aprovação, esta matéria não teve expressão legislativa no contexto do SNC-AP, situação que condiciona as demonstrações financeiras, já que o software assume os ajustamentos exclusivamente para a data de 2020.01.01.

Sendo possível a aplicação subsidiária da referida IPSAS 33 e considerando existirem operações que não estão conhecidas com a segurança e fiabilidade exigidas, entendeu o Órgão de Gestão do Município de recorrer a esta prerrogativa de forma, a que as demonstrações financeiras possam vir a incorporar eventuais operações inerentes à figura subjacente à adoção pela Primeira Vez da Base do Acréscimo.

De seguida apresenta-se a desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes.

CONTA	2021	2020
Caixa	2 764,97	2 672,48
Depósitos à ordem	1 664 265,20	802 205,44
Depósitos bancários à ordem	1 664 265,20	802 205,44
Outros depósitos	1 371,53	2 573,46
Depósitos a prazo		
Depósitos consignados	1 371,53	2 573,46
Total	1 668 401,70	807 451,38

Os saldos de caixa e seus equivalentes são constituídos por saldos de gerência.



Nota 2 Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

O método de depreciação reflete o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço sejam usufruídos. Regra geral, é utilizado o método das quotas constantes (ou da linha reta), aplicado de forma consistente de período para período, a não ser que ocorra uma alteração no modelo de consumo esperado desses benefícios económicos futuros ou potencial de serviço.

(b) Propriedades de investimento

O MUNICIPIO contabiliza como propriedades de investimento os terrenos e edifícios (ou parte deles) detidos para obtenção de rendas ou valorização de capital.

As propriedades de investimento do MUNICIPIO encontram-se reconhecidas e mensuradas pelo modelo do custo, isto é, ao custo menos depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta, em conformidade com as estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Para este efeito são tidas em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo.



(c) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados pelo seu custo de aquisição, menos amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Compreende, essencialmente, licenças de software, programas de computador e marcas e patentes.

Um ativo intangível apenas é reconhecido quando for provável que dele advenham benefícios económicos futuros ou potencial de serviço esperado e se o custo ou justo valor do ativo possa ser mensurado com fiabilidade.

Os dispêndios de pesquisa são reconhecidos na demonstração dos resultados como gasto quando suportados.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas, quando a entidade demonstre a capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do período em que ocorram.

A quantia amortizável de um ativo intangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. A amortização, calculada numa base duodecimal, começa quando o ativo está disponível para uso, isto é, quando se encontra na localização e condição necessárias para operar da forma pretendida pelo órgão de gestão. Para este efeito são tidas em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Nesta situação, são



casuisticamente justificadas as razões que explicam uma eventual alteração do tempo de vida útil. O método de amortização deve refletir o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço sejam consumidos pela entidade. O método de amortização utilizado no período de relato é o método da linha reta. As licenças de software e programas de computador têm uma vida útil estimada de 3 anos. As marcas e patentes têm uma vida útil estimada de 5 anos.

(d) Acordos de concessão de serviços: Concedente

Os ativos de concessão de serviços são reconhecidos quando o MUNICIPIO controla quais os serviços que o concessionário tem de prestar com o ativo, a quem tem de os prestar e a que preço, controlando, através de propriedade, o ativo no final do termo do acordo.

Os ativos em concessão são contabilizados de acordo com a NCP 5 – Ativos fixos tangíveis, pelo que os mesmos se encontram reconhecidos no Ativo fixo tangível, deduzidos das correspondentes depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

(e) Locações

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos. Assim, os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo. As restantes locações são classificadas como operacionais.

Os Ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as



depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Os ativos com contratos de locação são totalmente depreciados durante o prazo de locação.

(f) Participações financeiras

As participações financeiras são registadas inicialmente a preço de compra incluindo quaisquer encargos atribuíveis para colocar a participação à disposição.

O MUNICIPIO aplica o método de equivalência patrimonial na contabilização dos investimentos financeiros das entidades sobre as quais exerce influência significativa ou controlo.

A existência de influência significativa por parte de uma entidade é geralmente evidenciada por uma ou mais das seguintes formas: (a) Representação no conselho de administração ou órgão de gestão equivalente da participada; (b) Participação em processos de decisão de políticas; (c) Transações materiais entre o investidor e a participada; (d) Intercâmbio de pessoal de gestão; ou (e) Prestação de informação técnica essencial.

Pelo método da equivalência patrimonial, o investimento financeiro é reconhecido pelo custo aquando do reconhecimento inicial, sendo a quantia escriturada aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte da investidora nos resultados da participada depois da data da aquisição. A quota-parte da investidora nos resultados da participada é reconhecida nos resultados da investidora. As distribuições recebidas de uma participada reduzem a



quantia escriturada do investimento. A quantia escriturada poderá também ter de ser ajustada por forma a refletir a evolução do interesse da investidora na participada resultante de alterações no capital próprio desta que não tenham sido reconhecidas nos seus resultados. Tais alterações incluem as provenientes de revalorização de ativos fixos tangíveis e de diferenças de transposição de moeda estrangeira. A parte da investidora nessas alterações é reconhecida diretamente no património líquido.

No caso de existirem participações financeiras em outras entidades que não sejam tidas como participações em empreendimentos conjuntos, subsidiárias ou associadas, estas serão registadas ao custo de aquisição deduzido de qualquer perda por imparidade acumulada.

(g) Imparidade de ativos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado excede a quantia recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos fixos tangíveis e intangíveis.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados do período. A quantia recuperável é a mais alta entre o justo valor menos custos de vender do ativo e o seu valor de uso.

O valor de uso é o valor presente do potencial de serviço remanescente do ativo, no caso dos "Ativos não geradores de Caixa", e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil, no caso dos "Ativos geradores de Caixa".

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios



anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados (ganhos).

(g) Inventários

Os inventários encontram-se registados ao menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo inclui o custo de aquisição, bem como as despesas adicionais de compra.

O valor realizável líquido refere-se à quantia líquida que a entidade espera realizar com a venda dos inventários no decurso normal das operações. Quando o valor do custo é superior ao valor realizável líquido é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do período nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados "Perdas por imparidade em inventários" e "Reversões de perdas por imparidade em inventários".

Quando os inventários são vendidos ou consumidos, a quantia escriturada desses inventários é reconhecida como um gasto do período em que o respetivo rendimento é reconhecido.

O método de custeio adotado pelo MUNICIPIO é o Custo Médio Ponderado.

(j) Instrumentos financeiros

O MUNICIPIO reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativo financeiro é qualquer ativo que seja: (a) Dinheiro; (b) Um instrumento de capital próprio de uma outra entidade; (c) Um direito contratual: (i) De receber dinheiro ou outro ativo financeiro de uma



outra entidade; (ii) De trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente favoráveis para a entidade.

Os ativos financeiros são registados ao custo amortizado e apresentados no balanço deduzidos de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido. As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

Passivo financeiro é qualquer passivo que seja: (a) Uma obrigação contratual: (i) Para entregar dinheiro ou outro ativo financeiro a uma outra entidade; ou (ii) Para trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente desfavoráveis.

Os passivos financeiros são registados no passivo ao custo amortizado, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado incluem:

- Clientes;
- Contas a receber;
- Fornecedores;
- Contas a pagar;
- Financiamentos obtidos;

Instrumento de capital próprio é qualquer contrato que evidencie um interesse residual nos ativos de uma entidade depois de deduzir todos os seus passivos.



k) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando, cumulativamente, existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. O MUNICIPIO não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

(l) Regime do acréscimo

O MUNICIPIO regista os seus gastos e rendimentos na base do



acrécimo, pela qual são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e perdas e rendimentos e ganhos são registadas nas rubricas "Outras contas a receber", "Outras contas a pagar" ou "Diferimentos".

(M) Rendimentos

O MUNICIPIO aborda as matérias relacionadas com o reconhecimento e mensuração do rendimento de transações, tendo em conta o prescrito nas NCP 13 - Rendimentos de transações com contraprestação e NCP 14 - Rendimentos de transações sem contraprestação. O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para o MUNICIPIO benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

- Vendas e prestações de serviços

São reconhecidos pelo seu justo valor da retribuição recebida ou a receber. O justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas. Os serviços podem ser prestados durante mais do que um período, atendendo-se, nesta circunstância ao regime do acréscimo.

- Impostos, contribuições e taxas
- Transferências e subsídios correntes obtidos

As transferências/subsídios obtidos são reconhecidos quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que o MUNICIPIO cumprirá as condições exigidas para a sua concessão. A dotação do Orçamento de Estado é atribuída anualmente ao MUNICIPIO em conformidade com anexo da LEI do OE, sendo o respetivo rendimento reconhecido mensalmente.



As transferências/subsídios obtidos afetos a despesas correntes e à depreciação e amortização de ativos são diferidos no Balanço, na rubrica de Diferimentos, sendo registados como rendimento do período (rubrica “Transferências e subsídios correntes obtidos”), na proporção, respetivamente, dos correspondentes gastos incorridos e dos gastos de depreciação e de amortização dos ativos durante a vida do projeto, independentemente do momento do recebimento dos mesmos.

As transferências/subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos no Património Líquido, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados (rubrica “Imputação de subsídios e transferências para investimentos”) numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados, ou seja, na proporção dos respetivos gastos de depreciação e de amortização durante a vida útil dos ativos. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não depreciables, são mantidos no Património Líquido, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade. As transferências/subsídios reembolsáveis são contabilizadas como Passivos, na rubrica “Financiamentos obtidos”

2.3 Julgamentos e estimativas

A preparação de demonstrações financeiras exige que a gestão do MUNICIPIO efetue julgamentos e estimativas que afetam os montantes de rendimentos, gastos, ativos, passivos e divulgações a data de relato, pelo que as presentes demonstrações financeiras incluem rubricas que resultam de estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas do MUNICIPIO.



As estimativas acima referidas são determinadas pelos julgamentos da gestão do MUNICÍPIO, os quais se baseiam na melhor informação e conhecimento de eventos presentes, e nas ações que o MUNICÍPIO considera poder vir a desenvolver no futuro.

É considerado que as escolhas efetuadas são as apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam, de forma adequada, a posição financeira do MUNICÍPIO e o resultado das suas transações em todos os aspetos considerados materialmente relevantes.

Os principais juízos de valor efetuados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis e propriedades de investimento;
- Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis e propriedades de investimento;
- Registo de imparidades, provisões e divulgações de passivos e ativos contingentes;
- Especializações diversas.

2.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

Os acontecimentos ocorridos após a data do balanço, mas antes da data de aprovação das demonstrações financeiras pelo Órgão Executivo e desde que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, são refletidos nas demonstrações financeiras do período. Os eventos ocorridos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos") são divulgados no anexo às demonstrações



financeiras, se forem considerados materiais.

2.7. Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros

Com a adoção do SNC-AP em 1 de janeiro de 2020, o MUNICIPIO atualizou a vida útil dos seus edifícios e outras construções para os AFT e PI de acordo com o CC2. Esta situação originou uma menor vida útil remanescente para a maioria dos seus edifícios e, conseqüentemente, um aumento do valor das depreciações por exercício, tal como se observa pela Demonstração de Resultados do ano 2020, 2021 e se espera ainda em 2022.

Nota 3 Ativos intangíveis

3.1 Ativos intangíveis – variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

a. As vidas úteis ou as taxas de amortização usadas

As vidas úteis estimadas têm por base o Classificador complementar 2 - Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento do SNC-AP.

b. Método de amortização

O método de amortização usado é o das quotas constantes.

c. Quantia escriturada bruta e líquida

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 os movimentos ocorridos na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:



Município de Portalegre

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (1)	Amortizações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas (3)	Quantia escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Amortizações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
Ativos Intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Ativos intangíveis em curso	48 463,75			48 463,75	7 084,80			7 084,80
Goodwill								
Outros								
Programas de computador e sistemas de informação	757 532,41	710 964,85		46 567,56	885 974,94	791 028,90		94 946,04
Projetos de desenvolvimento								
Propriedade industrial e intelectual								
TOTAL	805 996,16	710 964,85		95 031,31	893 059,74	791 028,90		102 030,84

3.2 Ativos intangíveis – quantia escriturada e variações do período

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Variações							Quantia Escriturada Final
		Adições	Transf. Internas	Revaloriz	Reversões e Perdas	Perdas por Imparidade	Amortiz. Período	Diminuições	
Ativos Intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
Goodwill									
Projetos de desenvolvimento									
Programas de computador e sistemas de informação	24 327,82 €	249 203,71 €					-57 824,31 €	-120 761,18 €	94 946,04 €
Propriedade industrial e intelectual	22 239,74 €						-22 239,74 €		
Outros									
Ativos intangíveis em curso	48 463,75 €	7 084,80 €						-48 463,75 €	7 084,80 €
TOTAL	95 031,31	256 288,51					-80 064,05	-169 224,93	102 030,84

3.2A – Ativos intangíveis – adições

RUBRICAS	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transf. Ou Troca	Doação	Dação em Pagamento	Locação Financ.	Fusão	Outras	Total
Ativos Intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Goodwill										
Projetos de desenvolvimento										
Programas de computador e sistemas de informação		128 442,53		120 761,18						249 203,71
Propriedade industrial e intelectual										
Outros										
Ativos intangíveis em curso		7 084,80								7 084,80
TOTAL		135 527,33		120 761,18						256 288,51

No ano 2021 verificaram-se aquisições Programas de computador e sistemas de informação, nomeadamente:

- Software (Modulo de Integração da Aplicação My Net com o BLOOM – Valor 7.681,35€).

- Software adquirido no âmbito de procedimentos com a CIMAA destinado aos Serviços Municipalizados;

Está ainda em curso aquisições relacionadas com a Reformulação do Portal Institucional, a finalizar em 2022.

3.2B - Ativos intangíveis – diminuições



RUBRICAS	Diminuições				
	Alienação a Título Oneroso	Transferência ou Troca	Fusão, Cisão, Reestruturação	Outras	Total
Ativos intangíveis de domínio público património histórico artístico e cultural					
Goodwill					
Projetos de desenvolvimento					
Programas de computador e sistemas de informação				-120 761,18	-120 761,18
Propriedade industrial e intelectual					
Outros					
Ativos intangíveis em curso				-48 463,75	-48 463,75
Total	0,00	0,00	0,00	-169 224,93	-169 224,93

No ano 2021 verificou-se a Transferência para os Serviços Municipalizados de Programas de computador e sistemas de informação adquiridos através de candidatura conjunta entre os Municípios da CIMAA, nomeadamente: Licenças de software.

3.5 – Outras divulgações de Ativos intangíveis – A.I. totalmente amortizados ainda a uso

Em 31 de dezembro de 2021 o Município apresentava os seguintes Ativos Intangíveis, totalmente amortizados, mas ainda a uso, constantes do anexo III.

Nota 4 Acordos de concessão de serviços

O Município detém um contrato de concessão de serviços, cujo objeto consiste na Distribuição de energia elétrica em baixa tensão na área do Município de Portalegre.

Pela exploração dos serviços de Distribuição de energia elétrica em baixa tensão a entidade EDP paga uma contrapartida trimestral, calculada anualmente.

Nota 5 Ativos fixos tangíveis

5.1 Ativos fixos tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidade acumuladas

a. Bases de mensuração



Os ativos fixos tangíveis são mensurados e reconhecidos ao custo de aquisição. Considera-se custo de aquisição o valor da compra e todos os custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição indispensáveis para operarem na forma pretendida.

b. Método de depreciação

O método de depreciação utilizado é o método da linha reta.

c. As vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas

As vidas úteis e respetivas taxas de depreciação utilizadas são as que se encontram definidas no Classificador complementar 2 do SNC-AP.

d. Quantia escriturada bruta e líquida

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 os movimentos ocorridos na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

RUBRICAS	Início do período			Final do período				
	Quantia Bruta (1)	Depreciações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade	Quantia escriturada	Quantia Bruta (5)	Depreciações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade	Quantia escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	20 888,68			20 888,68	20 888,68			20 888,68
Edifícios e outras construções	5 983 661,41	2 742 173,02		3 241 488,39	5 983 661,41	2 950 087,98		3 033 573,43
Infraestruturas	77 816 122,48	54 672 539,38		23 143 583,10	79 080 366,91	57 809 694,80		21 270 672,11
Património histórico, artístico e cultural	485 053,85	5 621,10		479 432,75	554 794,85	5 621,10		549 173,75
Outros								
Bens de domínio público em curso								
	84 305 726,42	57 420 333,50		26 885 392,92	85 639 711,85	60 765 403,88		24 874 307,97
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	16 180 509,94			16 180 509,94	16 208 634,94			16 208 634,94
Edifícios e outras construções	103 805 336,13	39 896 165,36		63 909 170,77	105 248 650,67	48 176 442,37		57 072 208,30
Equipamento básico	7 505 147,06	6 501 515,88		1 003 631,18	7 366 339,45	6 471 350,66		894 988,79
Equipamento de transporte	3 401 882,96	2 869 636,69		532 246,27	3 493 482,88	2 971 320,54		522 162,34
Equipamento administrativo	649 677,01	632 476,52		17 200,49	659 548,18	634 755,11		24 793,07
Equipamentos biológicos								
Outros	1 631 224,44	1 551 334,58		79 889,86	1 645 719,51	1 577 165,39		68 554,12
Ativos fixos tangíveis em curso	880 290,28			880 290,28	3 598 745,78			3 598 745,78
	134 054 067,82	51 451 129,03		82 602 938,79	138 221 121,41	59 831 034,07		78 390 087,34
TOTAL	218 359 794,24	108 871 462,53		109 488 331,71	223 860 833,26	120 596 437,95		103 264 395,31

5.2 Ativos fixos tangíveis - quantia escriturada e variações do período



Município de Portalegre

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Adições	Transferências Internas	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diminuições	Quantia Escriturada Final
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
Terrenos e recursos naturais	20 888,68								20 888,68
Edifícios e outras construções	3 241 488,39						-670 192,66		2 571 295,73
Infraestruturas	23 143 583,10	432 219,37	1 019 406,01	-187 380,95			-3 137 155,42		21 270 672,11
Património histórico, artístico e cultural	479 432,75	69 741,00							549 173,75
Outros									
Bens de domínio público em curso	300 549,91	565 847,12	-706 212,80						160 184,23
Ativos fixos em concessão									
Terrenos e recursos naturais									
Edifícios e outras construções									
Infraestruturas									
Património histórico, artístico e cultural									
Ativos fixos em concessão em curso									
	27 185 942,83	1 067 807,49	313 193,21	-187 380,95			-3 807 948,08		24 572 214,50
Outros ativos fixos tangíveis									
Terrenos e recursos naturais	16 180 509,94	28 125,00							16 208 634,94
Edifícios e outras construções	57 542 673,47	67 588,90	1 453 714,59				-1 451 502,01	-77 988,95	57 534 486,00
Equipamento básico	1 003 631,18	90 609,69	27 572,00				-226 824,08		894 988,79
Equipamento de transporte	532 246,27	122 071,38					-132 155,31		522 162,34
Equipamento administrativo	17 200,49	14 518,22					-6 925,64		24 793,07
Equipamentos biológicos									
Outros	79 889,86	1 655,91	12 839,16				-25 830,81		68 554,12
Ativos fixos tangíveis em curso	579 740,37	4 656 473,16	-1 797 651,98						3 438 561,55
	75 935 891,28	4 981 042,76	-303 526,23				-1 843 237,85	-77 988,95	78 692 180,81
TOTAL	103 121 834,41	6 048 849,75	9 666,98	-187 380,95			-5 650 585,93	-77 988,95	103 264 395,31

No ano 2021 verificaram-se transferências internas decorrentes obras em cursos que terminaram, sendo as mesmas transferidas para as respetivas contas de ativo tangíveis e de bens de domínio publico.

5.2A – Ativos fixos tangíveis – adições

A desagregação das adições ocorridas no período consta do quadro seguinte:

RUBRICAS	Adições										
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança e outros	Doação em Pagamento	Locação Financeira	Fusão, cisão e reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Terrenos e recursos naturais		67 588,90									67 588,90
Edifícios e outras construções		244 838,42		187 380,95							432 219,37
Infraestruturas		69 741,00									69 741,00
Património histórico, artístico e cultural		1 655,91									1 655,91
Outros		565 847,12									565 847,12
Bens de domínio público em curso											
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções											
Infraestruturas											
Património histórico, artístico e cultural											
Ativos fixos em concessão em curso		949 671,35		187 380,95							1 137 052,30
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais				28 125,00							28 125,00
Edifícios e outras construções		90 609,69									90 609,69
Equipamento básico		122 071,38									122 071,38
Equipamento de transporte		14 518,22									14 518,22
Equipamento administrativo											
Equipamentos biológicos											
Outros		4 626 583,22									4 626 583,22
Ativos fixos tangíveis em curso		4 853 782,51		28 125,00							4 881 907,51
TOTAL		5 803 453,86		215 505,95							6 018 959,81

No ano 2021 verificaram-se aquisições de bens de domínio público, nomeadamente:

- Infraestruturas: Grandes Reparções em algumas vias do concelho
- Cedência para o domínio público no âmbito do alvará N.º 40/2021 (Monte da Rolha – Fortios)
- Património histórico, artístico e cultural: Aquisição de Esculturas
- Bens de domínio público em curso: valor correspondente a



obras em curso a 31/12/2021;

No ano 2021 verificaram-se aquisições de bens de ativos fixos tangíveis, nomeadamente:

- Edifícios e outras construções: Aquisição de quiosques para as piscinas;
- Equipamento básico: Aquisição de Computadores, material de recolha de lixo e desfibrilhadores;
- Equipamento de transporte: Aquisição de tractor;
- Equipamento administrativo: Aquisição de equipamento diverso;
- Outros: Aquisição de Ar Condicionado;
- Ativos fixos tangíveis em curso: valor correspondente a obras em curso a 31/12/2021.

5.2B – Ativos fixos tangíveis – diminuições

A desagregação das diminuições ocorridas no período consta do quadro seguinte:

RUBRICAS	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Património histórico, artístico e cultural						
Outros						
Bens de domínio público em curso						
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Património histórico, artístico e cultural						
Ativos fixos em concessão em curso						
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Equipamento básico						
Equipamento de transporte						
Equipamento administrativo						
Equipamentos biológicos						
Outros						
Ativos fixos tangíveis em curso						
TOTAL					-77 988,95	-77 988,95

No ano 2021 verificaram-se diminuições de bens de Ativos Fixos tangíveis, nomeadamente:



- Edifícios e outras construções – referente a abates do Prédio Urbano Bloco 2, Fração E, 1º frente sito Largo Dr. João Tavares; do Prédio urbano Bloco 2 sito Rua Luís Sousa Gomes e Lote na Zona Industrial com o nº. de inventário 123402.

5.6 Ativos fixos tangíveis – outras divulgações

- a. Em 31 de dezembro de 2021, o Município apresenta os seguintes Ativos Fixos Tangíveis, totalmente depreciados, mas ainda a uso, constantes do anexo IV.

- b. Em 31 de dezembro de 2021, o grupo Municipal apresenta os seguintes ativos tangíveis em curso:
 - i. Requalificação Global da Escola dos Assentos;
 - ii. Reabilitação de Imóveis, Rua da Mouraria N. 32 e 34;
 - iii. Polivalente no Bairro dos Assentos;
 - iv. Reparações na Piscina da Ribeira de Nisa;
 - v. Requalificação do campo de futebol do Estádio Municipal Professor Eduardo Sousa Lima;
 - vi. Remoção do fibrocimento da Escola Básica dos 2º e 3º ciclos José Régio;
 - vii. Remodelação do espaço de jogo e recreio do Jardim da Corredoura;
 - viii. Remodelação de espaços de jogo e recreio da Escola EB1/JI dos Fortios e de Alegrete;
 - ix. Execução de Skate Park no Jardim da Corredoura;
 - x. Execução de Espaço de Jogo e Recreio no Largo do Rossio de Carreiras e Remodelação de Espaços de



- Jogo e Recreio do Largo de Monte Carvalho e da Escola do 1.º Ciclo/JI do Reguengo;
- xi. Quiosques Piscinas Municipais;
 - xii. Pavimentação do CM de ligação ao CM 517 em Carvalhal Barbudo, pavimentação CM 1045 de ligação entre a folha do meio e o CM 1044;
 - xiii. Remodelação da rotunda poente da Avenida de Badajoz;
 - xiv. Pavimentação da Rua Júlio Diniz Carrilho e da Av^a. da Bela Vista - freguesia da Urra;
 - xv. Renovação de pavimentos no Parque Industrial de Portalegre;
 - xvi. Repavimentação da Estrada Municipal 1028 ligação Frangoneiro Fortios - Freguesia de Fortios;
 - xvii. Pequenas obras remodelação condutas distribuição água n/especificadas;
 - xviii. Construção Estação Elevatória de águas residuais em Benzilhão;
 - xix. Construção Estação Elevatória de águas residuais no Bairro dos Apóstolos;
 - xx. Construção ETAR no Mte. Carvalho;
 - xxi. Construção ETAR no Mte. Paleiros;
 - xxii. Pequenas obras prolongamento de conduta distribuição água não especificadas;
 - xxiii. Remodelação conduta distribuição de água na Rua de Portalegre – Urra.

c. Em 31 de dezembro de 2021, o Município detém os seguintes ativos fixos tangíveis que não se encontram valorizados:



- Telemóveis – São cedidos pela MEO à Câmara Municipal de Portalegre, encontrando-se registados apenas para controlo interno;
- Obras de arte – Algumas que, pela sua complexidade artística e inexistência de documentação também não foram valorizadas.

d. Em 31 de dezembro de 2021, o Município não detém os seguintes ativos fixos tangíveis dados como garantias de passivos.

e. Em 31 de dezembro de 2021 a quantia de compromissos contratuais para a aquisição de ativos fixos tangíveis consta do quadro seguinte:

Quadro – Compromissos contratuais

Nota 6 Locações

6.4 – Locações operacionais – Locador

Bens Locados	Valor do contrato	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
		Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes					
Varredoura	69 135,84	57 613,20			11 522,64			11 522,64		
Contentor para Escola	5 628,00	5 628,00								
Projetor de Cinema	20 664,00	1,23								
Total	95 427,84	63 242,43			11 522,64			11 522,64		

Nota 8 Propriedades de investimento

8.2 – Modelo de justo valor ou modelo do custo

O MUNICIPIO adota no reconhecimento das propriedades de investimento o modelo do custo, ou seja, o custo menos as



depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

8.6 – Modelo do custo

a. As vidas úteis ou as taxas de amortização usadas

As vidas uteis estimativas têm por base o Classificador complementar 2 - Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento do SNC-AP.

b. Método de amortização

O método de amortização usado é o das quotas constantes em regime duodecimal.

c. Quantia escriturada e variações do período

RUBRICAS (1)	Quantia Escriturada Inicial (2)	Variações							Quantia Escriturada Final (10)	Gastos do exercício (11)	Rendimentos do exercício	
		Adições (3)	Transf. Internas à entidade (4)	Depreciações do período (5)	Perdas por Imparidade (6)	Reversões e Perdas por imparidade (7)	Diferenças cambiais (8)	Diminuições (9)			Rendas (12)	Outros (13)
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO												
Bens de domínio público	1 245,00		26 700,00	-1 335,00					26 610,00			
Terrenos e recursos naturais	77 425,69								77 425,69			
Efícios e outras construções	1 845 625,78			-44 754,94					1 800 870,84			
Outras propriedades de investimento												
Propriedades de investimento em curso												
TOTAL	1 924 296,47		26 700,00	-46 089,94					1 904 906,53			

Nota 10 Inventários

a. As políticas contabilísticas adotadas na mensuração de inventários, incluindo a fórmula de custeio usada

Os inventários encontram-se mensuradas pela quantia mais baixa entre o custo e o valor realizável líquido. O custo inicial inclui o gasto com a aquisição, bem como os gastos adicionais de compra incorridos para colocar os inventários no seu local nas suas condições atuais.

O método de custeio adotado pelo MUNICIPIO é o Custo Médio Ponderado.

b. Quantia bruta e líquida do período



Município de Portalegre

Ativo	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias			
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	418 185,37	103 900,97	314 284,40
Produtos acabados e intermédios	80 075,74		80 075,74
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			
Produtos e trabalhos em curso	23 289,60		23 289,60
Total	521 550,71	103 900,97	417 649,74

c. Movimentos do período

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período						Quantia escriturada final	
		Compras Líquidas	Consumos/gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários		Outros aumentos de inventários
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(1)+(2)-(3)-/(4)-(5)+(6)-(7)+(8)
Mercadorias	70 470,32	1 602 819,49	1 602 819,49				70 470,32		0,00
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	294 174,54	692 446,60	639 175,49		103 900,97			70 739,72	314 284,40
Produtos acabados e intermédios	80 075,74								80 075,74
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos									
Produtos e trabalhos em curso	23 289,60								23 289,60
TOTAL	468 010,20	2 295 266,09	2 241 994,98		103 900,97		70 470,32	70 739,72	417 649,74

Nota 13 Transações com contraprestação

a. Políticas contabilísticas adotadas e bases de mensuração

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

b. A quantia de cada categoria significativa de rendimento reconhecida durante o período



Município de Portalegre

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do Período	
Vendas					
Livros e documentação técnica	546,70		25,00	25,00	
Publicações Culturais					
Bens inutilizados	3 076,45				
Produtos agrícolas e pecuários					
Mercadorias	164 433,63			16 480,70	
Outros	11 916,35		106,00	106,00	
Venda de água	2 058 172,64				
Venda de outros produtos	38,71				
Prestação de serviços					
Publicidade e Patrocínios - serviços sociais			100,00	100,00	
Publicidade e Patrocínios - serviços culturais			200,00	200,00	
Receitas de Eventos	7 838,60				
Receitas Visitantes Espaços Culturais	9 475,71			65,36	
Cinema	13 668,00			56,00	
Receitas Visitantes Espaços Desportivos	16 925,50		2 827,19	2 889,55	
Saneamento	1 580 814,99				
Resíduos sólidos	1 417 754,09		128,95	5 758,65	
Transportes colectivos de pessoas e mercadorias	4 336,78		19,05	19,05	
Trabalhos por conta de particulares	367,56				
Cemitérios	45 586,40		297,80	1 188,90	
Mercados e feiras	34 349,58		6 903,86	7 058,29	
Outros	338,37		13 355,59	13 346,76	
Outros	1 293,66		3 565,02	3 612,29	
Vistorias e ensaios					
Aluguer de espaços					
Outros					
Bilhetes	54 662,71				
Passes	214 883,62				
Multiviagens e outros títulos	13 030,15				
Alugueres	5 230,59				
Quota de Serviço	842 012,44				
Outros proveitos do setor de águas	3 809,30				
Estacionamento	108 480,74				
Rendimentos suplementares	6 853,87				
Alienações					
Alienações de ativos fixos tangíveis	268 522,61		2 997 611,20	3 017 270,70	
Rendas/Concessões					
Energia elétrica (EDP)	1 192 020,80		868,12		
AdC					
Mercados e feiras					
Outras	10 828,71			2 453,88	
Rendas de edifícios e outras construções	326 999,92		130 886,25	155 317,60	
Juros, dividendos e outros rendimentos similares					
Outros Rendimentos e Ganhos					
Ganhos em Inventários					
Ganhos em Entidades Participadas					
Outros					
TOTAL	8 418 269,18		3 156 894,03	3 225 948,73	

Nota 14 Rendimento de transações sem contraprestação

a. Rendimentos sem contraprestação

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de Transferências e Impostos evidenciava a seguinte composição:



Município de Portalegre

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do Período	
Impostos diretos					
Derrama					
Imposto municipal sobre imóveis	3 405 319,20				
Imposto único de circulação	565 402,09				
Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	1 136 507,23				
Impostos indiretos					
Mercados e feiras	30 810,69		5 481,06	4 670,93	
Ocupação da via pública	10 739,20		2 807,50	1 847,80	
Publicidade	4 107,60		31 936,58	30 660,18	
Outros	23 450,68		3 501,96	3 403,75	
Taxas, multas e outras penalidades					
Loteamento e obras	192 794,53		5 741,67	1 387,14	
Ocupação da via pública	1 290,10		2 330,30	192,60	
Elevadores e monta cargas	5 930,00		110,00	110,00	
Direitos de passagem	11 026,23				
Outros	421,50		1 347,30	1 347,30	
Juros de mora	12 550,32		128,19	277,09	
Juros compensatórios	910,63				
Coimas e penalidades por contra-ordenações	5 408,73		21 099,50	24 882,50	
Multas e penalidades diversas	880,18		27,64	27,64	
Rendimentos da propriedade					
Empresas públicas municipais e intermunicipais					
Serviços Municipalizados					
Diversos	41 177,26				
Transferências correntes					
Fundo de Equilíbrio Financeiro	7 254 677,00				
Fundo Social Municipal	389 508,00				
Participação fixa no IRS	926 753,00				
Participação no Iva - Art. 26º-A da Lei nº.73/2013	110 744,80				
Outras	1 335 937,68				
Estado-Particip.comunit.projectos co-financiados	499 105,22		28 509,81	141 134,92	
Venda de bens e serviços correntes					
Habitações					
Edifícios					
Contrato de concessão Iluminação Pública					
Outras					
Tx. De Recursos hídricos e tx. de gestão de resíduos	116 033,00				
Transferências e subsídios obtidos	66 249,32				
Trabalhos para a própria entidade	29 889,94				
Outras receitas correntes					
Diversas	29 188,23		7 253,42	6 671,50	
Rendimentos diferidos/subs ao investimento reconhecido no exercício	225 235,82				
Outros rendimentos	37 282,75				
Venda de bens de investimento					
Sociedades e quase-sociedades não financeiras					
Famílias	230 272,61		2 997 611,20	3 008 179,85	
Sociedades e quase-sociedades não financeiras	38 250,00			9 090,85	
Transferências de capital					
Fundo de Equilíbrio Financeiro		806 075,00			
Cooperação Técnica e Financeira		182 367,15			
Nº.3 artº35 Lei nº. 73/2013		320 509,00			
Estado-Particip.comunit.projectos co-financiados		1 885 297,96	45 480,48	470 634,10	
Outras receitas de capital					
Outras	924 115,26		299,81	299,81	
Reposições não abatidas nos pagamentos					
Reposições não abatidas nos pagamentos	1 898,91				
Saldo da gerência anterior					
Na posse do serviço					
TOTAL	17 663 867,71	3 194 249,11	3 153 666,42	3 704 817,96	

Nota 15 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

a. Quantia escriturada e variações no ano

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial (1)	Aumentos			Diminuições				Quantia escriturada final (10)=(1)+(5)-(9)	
		Reforços (2)	Aumentos da quantia descontada (3)	Outros aumentos (4)	Total aumentos (5)=(2)+(3)+(4)	Utilizações (6)	Reversões (7)	Outras diminuições (8)		Total diminuições (9)=(6)+(7)+(8)
Impostos, contribuições e taxas Garantias a clientes	469 584,93							1 517,98	1 517,98	468 066,95
Processos judiciais em curso	902 273,98									902 273,98
Acidentes de trabalho e doenças profissionais Matérias ambientais										
Contratos onerosos Reestruturação e reorganização										
Outras provisões	77 494,08							14 492,18	14 492,18	63 001,90
Total	1 449 352,99							16 010,16	16 010,16	1 433 342,83

Relativamente aos diversos processos judiciais que se encontram em curso, quer instaurados pelo MUNICIPIO, quer instaurados por outras



entidades, após reapreciação jurídica para efeitos de prestação anual das contas, não foi ajustada a provisão para outros riscos e encargos, que se estima suficiente para fazer face a eventuais indemnizações de processos onde existe um risco significativo de ocorrerem decisões desfavoráveis ao Município.

Foram reduzidas as provisões para cobrança duvidosa no valor de 1.517,98 euros e a provisão para depreciação de existência registou uma redução no valor de 14.492,18 euros.

b. Identificação de passivos contingentes

Natureza Passivos Contingentes	Previsão reembolso	
	Data	Valor
Processo de Obras Públicas - Cipriano Pereira de Carvalho & Filhos, Lda e OMS - Tratamento de Águas, Lda.		29 556,79
Processo de reposição de subsídio recebido - Ministério do Planeamento e Infra-estruturas		872 717,19
Total		902 273,98

Nota 17 Acontecimentos após a data de relato

a. Emissão das demonstrações financeiras

Não se aplica.

b. Acontecimentos após a data de relato que não conduziram a ajustamentos nas demonstrações financeiras

Não se aplica.



Nota 18 Instrumentos financeiros

a. Ativos financeiros

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de ativos financeiros			31.12.2021			31.12.2020		
			Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Ativos financeiros	Ativos financeiros ao justo valor por	...						
		...						
	Subtotais							
	Ativos financeiros ao custo amortizado ou menos imparidade	Devedores p/ transf.sub.emp.bonif.						
		- Dev. por transf. e sub. não recomb.		572 952,79		572 952,79	208 619,80	208 619,80
		Clientes, contribuintes e utentes		84 776,14		84 776,14	44 917,99	44 917,99
		- Clientes c/ c				-		-
		- Contribuintes				-		-
		- Utentes				-		-
		- Cobrança duvidosa				-		-
		Outros ativos						
		- Pessoal						
		- Estado e out.ent.públicos					22 063,42	22 063,42
		- Dev. por acréscimos		269 913,38		269 913,38	289 889,57	289 889,57
		- Adiantamentos a fornecedores				-		-
		- Devedores diversos		2 591 872,25		2 591 872,25	2 780 412,05	2 780 412,05
	- Outros ativos financeiros		144 750,12		144 750,12	144 750,12	144 750,12	
	- Gastos a reconhecer		298 235,28		298 235,28	263 557,17	263 557,17	
	Participações financeiras		3 002 176,58		3 002 176,58	3 017 372,48	3 017 372,48	
	Subtotais		6 964 676,54	-	6 964 676,54	6 771 582,60	6 771 582,60	
	Instrumentos de património líquido	...						
		...						
	Subtotais							
Totais		6 964 676,54	-	6 964 676,54	6 771 582,60	6 771 582,60		

b. Passivos financeiros

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de passivos financeiros			31.12.2021			31.12.2020		
			Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Passivos financeiros	Passivos financeiros mensurados ao justo valor por contrapartida em resultados	Credores p/ transf.sub.emp.bonif.						
		- Cred. por transf. e sub. não recomb.	248 445,76		248 445,76	244 445,76	244 445,76	
		- Cred. por emp.bon.e sub. reembolsáveis			-		-	
		Fornecedores	324 862,78		324 862,78	679 541,66	679 541,66	
		Outros passivos						
		- Pessoal						
		- Estado e out.ent.públicos		48 236,00		48 236,00	27 924,96	27 924,96
		- Fornecedores de investimentos		1 477 558,11		1 477 558,11	1 477 558,11	1 477 558,11
		- Cred. por acréscimos		1 433 669,29		1 433 669,29	1 208 001,42	1 208 001,42
		- Credores diversos		331 098,68		331 098,68	365 994,00	365 994,00
	- Rendimentos a reconhecer		1 613 928,30		1 613 928,30	1 682 606,10	1 682 606,10	
	Financiamentos obtidos		1 395 888,74		1 395 888,74	12 337 218,87	12 337 218,87	
	Subtotais		6 873 687,66		6 873 687,66	18 023 290,88	18 023 290,88	
	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	...						
		...						
	Subtotais							
	Compromissos de empréstimo mensurados ao custo menos imparidade	...						
...								
Subtotais								
Totais		6 873 687,66		6 873 687,66	18 023 290,88	18 023 290,88		

Nota 20 Divulgações de partes relacionadas

a. Controlo

Em 31 de dezembro de 2021 o MUNICÍPIO apresenta a seguinte listagem de entidade controladas:



- Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da Câmara Municipal de Portalegre;

- Fundação Robinson.

b. Transações entre partes relacionadas

Entidade Relacionada	Natureza do relacionamento	Transação		Saldo no fim do período
		Tipo	Quantia	
SMAT - Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da CM. Portalegre	Entidade Controlada	Fornecimentos e Serviços Externos	1 803 523,33	20 144,22
		Subsídios	21 254,49	49,93
Fundação Robinson	Entidade Controlada	Subsídios		235 611,36

c. Saldos com partes relacionadas

A 31 de dezembro de 2021, as entidades cuja dívida releva, nesse ano, para a dívida total do Município são:

(unidade monetária: Euro)

Identificação Entidade Participada			Capital / Fundo Patrimonial / Quotização		Participação / Quotização do Município		Enquadramento no artigo 54.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro
Denominação	NIF	Natureza	CAE	Quotização	Percentagem (%)	Valor Nominal (€)	
AREANATEJO - Agência Regional de Energia e Ambiente do Norte Alentejano e Tejo	505839067	Associação	91333	62 822,40	6,25%	3 926,40	N.º2 do artigo 54.º
Associação Portuguesa dos Municípios do Vinho	508038430	Associação de Municípios Fins Específicos	91331	112 300,00	1,16%	1 300,00	Alínea b) do n.º1 do artigo 54.º
CIMAA - Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo	509020690	Comunidade Intermunicipal	84113	800 060,62	10,39%	83 126,30	Alínea b) do n.º1 do artigo 54.º
Fundação Robinson	510220746	Fundação	94991	2 182 495,00	57,59%	1 256 995,00	Alínea d) do n.º1 do artigo 54.º
QUALIFICA - Associação Nacional de Municípios e de Produtores para a Valorização e Qualificação dos Produtos Tradicionais Portugueses	508574170	Associação	94995	234 809,00	2,13%	5 000,00	N.º2 do artigo 54.º
Serviços Municipalizados de Águas e Transportes de Portalegre	680031065	Serviços Municipalizados	36002	1 400 000,00	100,00%	1 400 000,00	Alínea a) do n.º1 do artigo 54.º
TRIURBIR - Triângulo Urbano Ibérico Raiano, AEIE	504594788	Associação	70220	0,00	25,00%	0,00	N.º2 do artigo 54.º
VALNOR - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA	505255090	Societade Anónima - Concessão de Serviço Público	38212	10 000 000,00	4,82%	482 288,00€	Alínea c) do n.º1 do artigo 54.º



Município de Portalegre

(unidade monetária: Euro)

Identificação Entidade Participada			CAE	Capital / Fundo Patrimonial / Quotização	Participação / Quotização do Município		Enquadramento no artigo 54.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro	Observações
Denominação	NIF	Natureza			Porcentagem (%)	Valor Nominal (€)		
AdVT - Águas do Vale do Tejo, SA	513606130	Sociadade Anónima-SEE	37002	83 759 578,00	0,87%	726 050,00 €	Alinea c) do n.º1 do artigo 54.º	Resultado Antes de Impostos (2021): 4.353.830 €.
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	501627412	Associação de Municípios	94110	1 543 431,42	0,32%	4 930,10 €	-----	Segundo entendimento da DGAL, a ANMP não se enquadra no previsto no artigo 54.º da Lei 73/20013, de 3 de setembro, na sua redação atual.
APDD - Associação para o Desenvolvimento de Portalegre Distrito Digital	505234580	Associação	94110	17 500,00	12,29%	2 150,00 €	N.º2 do artigo 54.º	A APDD cessou a sua atividade em 2021. Não registando qualquer passivo no seu balanço de 31-12-2021, não releva nesse e excedio, para a dívida do Município.
MUNICÍPIA - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA	504475606	Sociadade Anónima-Empresa Municipal	71120	3 236 678,67	0,15%	4 985,01 €	Alinea c) do n.º1 do artigo 54.º	Resultado Antes de Impostos (2021): 58.328,28 €.

Nota Contabilidade de Gestão

A contabilidade de custos do município assenta igualmente numa classificação funcional dos custos, de acordo com o classificador funcional das autarquias locais, aprovado pelo DL nº 192 /2015 de 11 de setembro e com base na NCP 27 «Contabilidade de Gestão» do SNC-AP. Assim, pode-se quantificar os objetivos a atingir pela autarquia, nos mais diversos níveis, planificar a sua atividade, conhecer o seu contributo para o desenvolvimento, nas áreas de intervenção e na prossecução das suas atribuições, possibilitando assim obter informação sobre o esforço financeiro desenvolvido nas quatro grandes áreas de intervenção que são: as funções gerais, sociais, económicas e outras funções e na prossecução das suas atribuições.

Podemos destacar, que o peso das funções gerais equivale a 43,65% do total dos custos e representam 8.041.028,62 euros, convém realçar que esta esta função agrupa os órgãos da autarquia e vários serviços de apoio.

As funções sociais representam 6.695.896,32 euros e corresponde a 36,34% dos custos totais do município, nestas destacam-se as funções do ensino não superior, cultura, resíduos sólidos e proteção



do meio ambiente e conservação da natureza com 21,16%, 18,05%, 14,48% e 16,57%, do total dos custos desta função.

Na análise das funções económicas destaca-se a função, Transportes Rodoviários com 2.498.730,96 euros, correspondendo a 73,56% do total dos custos dessa função.



MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS SOBRE AS CONTAS CONSOLIDADAS

À

ASSEMBLEIA MUNICIPAL - MUNICÍPIO DE PORTALEGRE

1. Nos termos da Lei 73/2013, cabe ao Revisor Oficial de Contas emitir parecer sobre os documentos de prestação de conta consolidadas do **MUNICÍPIO DE PORTALEGRE**, referentes ao exercício findo em 31/12/2021.
2. O Revisor Oficial de Contas desempenhou regularmente as funções previstas no artigo 48º da Lei 2/2007, tendo procedido às verificações que entendeu necessárias nas circunstâncias e apreciado as contas consolidadas do Município. Para a execução destes trabalhos recebeu do Município toda a informação que ao mesmo solicitou.
3. Em final de exercício foram, para além das contas consolidadas e seus anexos, apreciado o relatório consolidado de gestão tendo em vista a emissão da Certificação de Contas Consolidada.

4. PARECER

Em função da análise que efetuámos aos documentos de prestação de contas consolidadas do **MUNICÍPIO DE PORTALEGRE** referente ao exercício findo em 31/12/2021, e tendo em conta a Reserva e a Ênfases incluídas na Certificação de Contas Consolidada, somos de opinião que os referidos documentos se apresentam elaborados de acordo com os princípios de consolidação de contas legalmente aplicados a este setor.

5. Por fim, queremos agradecer ao Município e aos seus serviços toda a colaboração que nos prestaram para o desempenho das nossas funções.

Marinha Grande, 14 de junho de 2022

O Revisor Oficial de Contas

MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO, SROC, Lda

Representada por

Luís Guerra Marques-ROC nº 620

